VII EnGEM
Encontro Goiano de Educação Matemática
22, 23 e 24 de Maio 2019
Universidade Federal de Jataí
ISSN 2176-3305

AS TEIAS DO COMÉRCIO E A LÓGICA DO CAPITAL FRENTE AOS POVOS INDÍGENA: UM OLHAR SOBRE O DUALISMO À LUZ DA ETNOMATEMÁTICA

Matheus Moreira da Silva[1]
José Pedro Machado Ribeiro[2]

RESUMO

Este trabalho visa identificar de que modo o Curso de Educação Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás contribui para a conscientização (e a ação) crítica do estudante indígena em formação no que tange às relações comerciais e à lógica do capital que cotidianamente interferem no equilíbrio sociocultural de suas comunidades. A metodologia a ser utilizada consistirá na observação sobre as concepções da lógica do capital indígena e das relações comerciais, amparadas pela Etnomatemática, mediante a análise de atividades que serão desenvolvidas pelos alunos cursistas, por um viés etnográfico. Os aspectos etnomatemáticos envolvidos nesta pesquisa, parte da geração e difusão dos conhecimentos são consolidados nas aspirações de cada povo. Deste modo, esse trabalho possibilitará uma maior interação frente a determinadas ações de comportamentos que ocorrem e ocorrem frente a diversidade cultural. Desta forma, propicia ao indígena conhecer a realidade, experiencia e conhecimentos outros.

Palavras-chave: Etnomatemática; Formação de Professores Indígenas; Diversidade Cultural; Relações Comerciais.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente para a sociedade Ocidental branca e europeia, os povos indígenas foram/são vistos muitas vezes, como pequenos grupos isolados, preguiçosos, com culturas periféricas e marginalizadas, representando um nível 'inferior' de evolução da humanidade. São caracterizados, perante a sociedade envolvente, como grupos

[1] Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática/UFG. matt.moreira.pet@gmail.com
[2] Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática/UFG. zepedro@ufg.br

desfavorecidos, em aldeias isoladas e sobrevivendo da caça e pesca. Os povos indígenas são marcados por discriminações, exclusões sociais, preconceitos, escravidão, exploração dos seus recursos materiais, além de serem colocados sob pressões externas.

Com isso, temos nos deparado com povos ocidentais que oprimem os indígenas, utilizam ideologias que rompem a diversidade cultural, estabelecem uma cultura maior, no qual os grupos sociais demandam os mesmos valores, hábitos, tradições e costumes. Encoberta essa violência, frente às comunidades distintas, transparecendo que a sociedade se constitui sem divisões de classe.

Não deixemos de lado as características dos indígenas, os mesmos possuem suas próprias formas de conhecimentos tradicionais, culturais, fazeres, saberes e práticas comerciais - frutos estes de uma longa e árdua história e que é ensinada de geração a geração. Seus costumes, mitos, culturas, comércios, hábitos e suas línguas são frequentemente afetadas pela população não indígena, são poucos os povos que não sofreram grandes influências. Em grande parte, foram estabelecidas por ações preconceituosas.

Seguindo essa argumentação, surge como propósito compreender essas questões tradicionais, além da evolução dos processos históricos comerciais, e a construção e implementação de uma formação dos povos indígenas, de tal modo, que possa prosseguir com o respeito à diferença. Pois, a nossa sociedade é representada por diversas línguas, mitos, culturas, crenças, tradições, saberes e fazeres.

Os valores e costumes culturais adquiridos e ensinados em uma comunidade representam as experiências ensinadas de geração à geração. Desta forma, cada comunidade possuí suas características próprias de conhecimentos compartilhados entre si. A cultura não se constitui isoladamente e sim, coletivamente. Cada cultura possui seu próprio modo de socializar e ensinar seus membros.

A aproximação com a perspectiva cultural e antropológica faz-se necessário para sustentar as relações etnicorraciais e individuais que circundam nossa proposta. As discussões em virtude da interculturalidade[3] e das relações comerciais aqui presentes são decorrentes dos pensamentos e acontecimentos que ocupa a sociedade e a atualidade. Nesse sentindo Lluch (1998, p. 47) muito contribui dizendo que:

[3] Quando falamos de Interculturalidade, neste projeto, entendemos não como um meio que reconhece o valor intrínseco de cada cultura e defende o respeito recíproco entre elas, mas que propõe enfrentar os conflitos oriundos desse relacionamento, como também as suas riquezas (PPC, 2010, p.34).

> A educação intercultural como a promoção de processos educativos que possibilitem uma interação das culturas em pé de igualdade, partindo do conhecimento do respeito e da valorização mútuos, desvendando os condicionantes ideológicos e socioeconômicos que modelam tais relações.

Aproximando ao nosso cenário, o Brasil, as minorias étnicas, ou seja, os pequenos grupos de pessoas que possuem tradições indígenas, afrodescendentes, quilombolas e entre outros, presenciaram diversos processos de lutas políticas, culturais, comerciais, jurídicas e econômicas. O Brasil é um país plurilíngue e pluriétnico, contudo há uma resistência dos governantes e da mídia nesta aceitação. É necessário despertar as manifestações decoloniais e interculturais, afim de minimizar a influência e o caráter exploratório da sociedade envolvente Ocidental. Com a colonização, imposição e a influência midiática – há um processo de invasão e exploração nos espaços indígenas, dos recursos oriundos da biodiversidade e de suas tradições históricas, além do mercado capital, *contexto (des)contextualizado*, o conhecimento vem imposto, estruturado, hierarquizado e modificado.

É necessário convergir um olhar para o contexto especifico. Com relação ao contexto, defende-se uma postura crítica que corrobora com o respeito mútuo e uma luta de direitos que elucide uma garantia de respeito. Os povos indígenas devem persistir em debates e 'lutas' para que sua cultura e suas práticas culturais e comerciais sejam reconhecidas, valorizadas e preservadas frente à sociedade envolvente. De tal forma, que participem do desenvolvimento e discussão da sua identidade educacional, comercial e cultural, buscando direitos de uma população para a produção e venda de seus produtos e artesanatos na forma de etnossustentabilidade e etnodesenvolvimento, garantindo o direito em sua própria história.

Esses processos de embates estiveram sombreados por diversas questões que envolvem a escravidão e exploração dos seus recursos. A cultura indígena não é reconhecida pelos colonizadores, esses povos são impostos a aceitaram e/ou obedecerem as cobranças da cultura do não indígena - perde suas raízes, costumes e tradições históricas.

Os moldes curriculares de educação existentes, são sustentados na maioria das vezes por práticas isoladas e descontextualizadas, cujas abordagens e as ações pedagógicas curriculares estão firmadas pela dicotomia 'saber/fazer'; que, na verdade, é uma perspectiva particular, fabricada no interior da sociedade Ocidental. Assim nos pairamos ao discurso de Ribeiro (2006, p. 113) quando nos remete:

> Tal dicotomia é pautada para atender as aspirações dos segmentos dominantes da sociedade. A perspectiva da homogeneização sombreia os interiores das escolas, para buscar atender o modelo instituído que propaga os valores considerados corretos/verdadeiros para a sociedade – a escola tem exercido a função de agenciadora na relação entre culturas com o poder dominante -, em detrimento das especificidades presentes na pluralidade de diferentes culturas existentes.

Tal via homogeneizadora que é denunciada por Ribeiro (2006) tolhe os princípios de igualdade de direitos das realidades culturais. Fato este decorrente da via que propõe aos indivíduos, a oportunidade por meio da igualdade de direito, fortalecimento de valores e práticas culturais, na caminhada em prol de uma construção de uma educação/valorização/liberdade válida.

Assim, por meio destas e outras questões epistemológicas, foi implementado o curso de Educação Intercultural de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás no ano de 2007, na regional Goiânia. Como resultado destas políticas emergentes das lutas e demandas, a Educação Intercultural é uma nova modalidade de graduação na universidade, cujos principais destinatários são os povos indígenas. Entretanto, conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), é uma proposta que se apresenta como um espaço político e de debates sobre questões específicas e relevantes para as comunidades indígenas. Cada cultura/povo possui seu próprio modo de ver e perceber o mundo e a realidade que os circunscrevem e os modos de saber/fazer caracterizadas pelos grupos diversificados, assim, essa pluralidade de culturas compõem a diversidades.

Os componentes curriculares desse curso são organizados em uma das três grandes áreas: Ciência da Natureza, Ciência da Linguagem e Ciência da Cultura. Assim, o egresso recebe o título de licenciatura em Educação Intercultural com habilitação em uma dessas áreas.

Por uma questão metodológica decolonial a estrutura do curso não impõe uma linguagem ou raciocínio fixo, *de nossa sociedade*, nos debates. O que é realizado é a preservação de uma atitude decolonial, que permiti a uma aproximação de diferentes formas de saber, a Ocidental e a indígena. Para tanto, o curso de Educação Intercultural é destinado aos povos de algumas regiões do Brasil com participação de mais 15 povos distintos do país.

A implementação deste curso, surgiu como uma nova concepção assumindo competências que visa interação mútua por práticas educativas diversificadas, possibilitando uma construção de novas formas de relações entre os envolvidos, a favor

da promoção da identidade cultural, preservação de práticas comerciais e tradicionais de cada grupo.

A perspectiva que assumimos no corpo deste projeto de pesquisa, de caráter etnomatemático, se vincula às relações saudáveis e diálogos de convivências entre os diferentes povos envolvidos no processo formativo, fluindo, o respeito às diferenças, valorização dos processos históricos e as relações entre as pluralidades culturais.

Neste contexto, tateante a construção do cenário investigativo de debates e reflexões sobre a diversidade cultural, sistemas comerciais, o reconhecimento de suas características específicas, o respeito à diferença e às raízes culturais, são bastantes plausíveis. Em meio a debates aqui estabelecidos, o diálogo com a Etnomatemática como é proposto por Ribeiro (2006), surge como uma trilha que "suleia" e possibilita a construção de uma humanidade interpolada com a convivência respeitosa e digna.

Nosso foco está em estreita ligação entre os sistemas comerciais presentes no cotidiano indígena e as questões epistemológicas da Etnomatemática, em benefício de um mundo multicultural e melhor, juntamente com o diálogo respeitoso entre os diversos povos culturais. A pesquisa de natureza Etnomatemática é relevante, para o desenvolvimento de atitudes, compreendendo as relações comerciais tratados e/ou trabalhados no ambiente social e escolar, possibilitando ao alunado, futuro professorado refletir e discutir seus saberes frente aos elementos significativos juntamente com sua realidade e com o mundo Ocidental.

Sob um ponto de vista articulador de ideias, nossa proposta expõe uma pesquisa fundamentada a partir de alguns estudos conceituados que circunvizinham a discussão das relações comerciais no mundo Ocidental. Nessa perspectiva, a propositura investigativa em questão expõe assim, investigar a partir do seguinte questionamento: *de que modo o Curso de Educação Intercultural Indígena da UFG contribui para a conscientização (e a ação) crítica do estudante indígena em formação no que tange às relações comerciais e à lógica do capital que cotidianamente interferem no equilíbrio sociocultural de suas comunidades?*

Por esse viés, prontificamos a realizar análises e reflexões por meio da decolonialidade, sobre as dinâmicas interculturais nos diversos contextos indígenas. Surge como necessidade, a exposição de informações e apontamentos sobre as relações comerciais no processo formativo indígena frente a perspectiva Etnomatemática, no qual, as relações interculturais surgem como componentes necessários.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas antigas sociedades indígenas as produções de vida material e comercial eram organizadas de forma a garantirem apenas o consumo necessário para a sobrevivência dos envolvidos, sem produção excessiva, tais produtos possuíam apenas valor de uso, não havia valor de troca/venda. O trabalho era organizado pelos membros do grupo; o resultado deste trabalho era coletivo, as propriedades de terras, as comercializações e as produções eram igualmente coletivas.

Os grupos eram organizados por relações de parentescos ou por uma divisão 'natural', por sexo e idade. Estes membros, passavam a se identificar por meio da produção da vida material. As sociedades indígenas estruturavam-se, em torno da produção, comercialização e do rito mágico, que organizavam, a própria vida econômica.

Após a constituição Federal de 1988 e a organização do processo de evolução do regime econômico capitalista, nos últimos séculos, a formação do mercado capital, consagra uma economia de mercado baseada na livre iniciativa. A produção de bens de consumo e serviços na sociedade Ocidental não é um fim para si mesma e nem tampouco existe apenas para gerar lucros aos agentes econômicos. A teoria econômica que foi inserida após a constituição por meio do regime capitalista analisa as relações do conhecimento tradicional que é utilizado sem a contrapartida para os povos indígenas.

A argumentação acima sugere nitidamente a proposta da sociedade do consumo frente aos conhecimentos tradicionais dos indígenas. O direito consumerista está visivelmente na comercialização de produtos tradicionais, em que se percebe o consumidor, e, o fornecedor. Os prejuízos oriundos desta prática são nefastos para a economia dos povos indígenas e ainda mais para a biodiversidade cultural do nosso país.

Para tanto, é importante reconhecermos as diferentes populações e teorias, quando falamos de comércio nos remetemos as várias formas de matematizar, lidar com o capitalismo, resgatar a cultura própria, e valorizar os conhecimentos próprios dos sujeitos. Destarte é necessário falar de Etnomatemática, pela qual diferentes grupos matematizam (classificam, contam, comercializam, inferem, medem e relacionam). Contudo, para D'Ambrosio "[…] uma liberdade etimológica permite usar as raízes *etno* para significar ambientes naturais e culturais, *matema* para significar explicar, conhecer, aprender, e *tica* para significar as maneiras e os modos […]" (1999, p.35). Com isso, como já foi dito,

surgiu a etimologia Etnomatemática, ou seja, são os diversos conhecimentos vivenciados e utilizados por várias culturas e povos distintos. Na perspectiva de Barton (2006, p. 49):

> Muitos dos artigos de D'Ambrosio sugerem que ele considera a Etnomatemática como um tipo de conhecimento diferente da Matemática. Em seu texto de 1984, por exemplo, é feita uma distinção muito clara entre a Etnomatemática (que é ensinada informalmente) e a "Matemática Culta" (que é ensinada nas escolas). A Matemática Culta é um corpo fechado de conhecimento e muda através da atividade dos matemáticos. Por outro lado, a Etnomatemática tem uma interação contínua com todos os membros da sociedade.

Embora o conceito que D'Ambrosio propõe para a Etnomatemática seja mais amplo do que se refere às várias etnias, o mesmo propõe o resgate as culturas que estão subalternizadas, niveladas ou até mesmo extintas. A Etnomatemática dos povos indígenas é adequada para diversas circunstâncias e/ou ocasiões, é não há motivos para substituí-la. Já a Etnomatemática dos povos brancos é adequada para outras circunstâncias, é não há como ignorá-la e sim, respeitar as diversas etnias existentes baseadas nas múltiplas culturas e costumes.

A Etnomatemática assume diversos saberes fora das instâncias institucionalizadas. Estuda os diversos processos de produção de conhecimento e investiga não apenas os saberes 'prontos e acabados' e sim os saberes 'plurais' de um dado grupo cultural com suas formas e sua construção. Nessa mesma direção, ressaltamos Ribeiro e Ferreira (*apud* Chieus Junior, 2006, p. 185):

> Parafraseando Paulo Freire, se me perguntarem o que é Etnomatemática eu diria – É Matemática, é criança brincando, é pedreiro construindo casa, é dona de casa cozinhando, é índio caçando, comercializando ou fazendo artesanato, isto é, é parte da vida, da existência de cada um.

A vista disso, uma abordagem à luz da Etnomatemática torna-se fundamental, possibilita um caminho à prática educacional que fortifica as relações em prol dos valores pertencentes na realidade da população envolvidas no processo educacional. Para tanto, essa abordagem com a aproximação comercial, possibilita um caminho significativo para a construção dos saberes/fazeres educacionais e pedagógicos, possibilitando assim, uma nova 'face' aos pensamentos e comportamentos dos indivíduos neste contexto.

Prontamente, a Etnomatemática incorpora no cenário da formação do professor indígena prestigiando atitudes e posturas investigativas, e essa formação terá um caráter coletivo. Esse cenário educacional, vinculado aos conhecimentos adquiridos exige desse futuro professor um trabalho em equipe, projeto voltado ao reconhecimento cultural, valor ético e social, ou seja, essa formação possibilita um contato mais próximo e amplo com a prática educacional e/ou social que foi historicamente subalternizado.

Entretanto, em relação à formação de professores indígenas confrontados com questões que discutem sistemas comerciais, é possível encontrar diversos elementos da Etnomatemática que possibilitam ao futuro professor formar-se para uma nova visão de mundo e desenvolvimento do conhecimento. Para Ribeiro (2006) esse programa, em consonância com o processo formativo indígena, possui uma aproximação, de princípios que dão aporte a ambas, sobre uma nova visão de mundo, um novo conhecimento do professorado, da educação em geral e da influência do capitalismo.

A segregação de saberes distintos, reiteradamente mencionada, frente as relações culturais e comerciais no processo formativo indígena, será o objetivo de estudo em questão e a ele se adere o seguinte *objetivo geral*: *identificar de que modo o Curso de Educação Intercultural Indígena da UFG contribui para a conscientização (e a ação) crítica do estudante indígena em formação no que tange às relações comerciais e à lógica do capital que cotidianamente interferem no equilíbrio sociocultural de suas comunidades.* De modo mais *especifico*, são elencados os seguintes objetivos:

- Refletir acerca da importância das relações comerciais e da lógica do capital para os estudantes indígenas em formação amparada pelo Programa Etnomatemática.
- Investigar as concepções (e as ações) críticas dos estudantes no que tange às relações comerciais e à lógica do capital que cotidianamente interferem no equilíbrio sociocultural de suas comunidades.
- (Re)avaliar a importância das relações comerciais intertribais à luz de algumas novas formas de aglutinação política, que promovem a aproximação entre os grupos.

A práxis transformadora que é abordada neste projeto, consiste no contexto indígena por intermédio de reflexões e questionamentos do processo formativo do professor, ao nível do conhecimento etnomatemático pautado no eixo cultural e comercial. Dado que, quando pensamos em educação e nas práticas comerciais, gostamos de inferi e manipular. A partir de diversas pesquisas desenvolvidas neste tema, um país e/ou povo para ter o seu desenvolvimento de maneira adequada, precisa resgatar na sociedade este direito. O embasamento da Interculturalidade, aqui assumida, foi inicialmente pensado e concebido para minimizar a desigualdade e subalternidade na tentativa de equalizar o acesso à educação, ao respeito e a inserção na sociedade aos cidadãos.

3 ASPECTOS POLÍTICOS E METODOLOGICOS

Esta sessão demarca os caminhos políticos, sociais e metodológicos propostos e que reiteram as trilhas que guiarão nossa análise. Assumimos uma investigação orientada pelos pressupostos de uma abordagem qualitativa, cujos direcionamentos buscam diálogos no contexto analisado. Sendo assim, não espera uma pesquisa ambiciosa, no sentido de explicar as circunstâncias e realidades. No entanto, é dado o merecido destaque à problemática e a profundidade do contexto investigado.

Diante destes pressupostos, os sujeitos para nossa investigação são alunos indígenas de várias etnias que estão em processo formativo no curso de Educação Intercultural da UFG. Para o universo dos dados, será estabelecido o seguinte recorte: alunos indígenas em formação lotados no curso de Educação Intercultural, que irão cursar os temas contextuais supraditos e os docentes que atuaram e atuam nos temas.

O arcabouço teórico que fundamentará a pesquisa é concebido a partir dos temas contextuais que envolvem conceitos de cultura e comércio. Buscamos assim, valorizar os elementos e conhecimentos fundamentais no processo formativo. Nesta perspectiva, fica enfatizada a atitude e essência desta pesquisa, perante aos objetivos emergidos como motivação para o desenvolvimento do mesmo. Assumimos uma postura crítica de pesquisador comprometedor com os saberes, fazeres e atitudes em virtude aos sujeitos formadores.

Desta maneira, a presente pesquisa será desenvolvida nas dependências do curso de Educação Intercultural da UFG com os alunos indígenas matriculados nos temas contextuais ao longo dos anos de 2019, 2020 e 2021 e, se volta para “as teias do comércio e da lógica do capital indígena: novas esperanças para um novo mundo”. Dentre os diversos temas contextuais que aborda o curso de Educação Intercultural da UFG, promoveremos discussões acerca da Matriz de Formação Básica - Cultura e Comércio e da Matriz de Formação Específica, Ciência da Natureza – Cultura e Sistemas Comerciais e Relações e Quantificações Socioeconômicas. Estabelecem um espaço educativo de debates e reflexões a respeito das relações comerciais tradicionais e atuais de cada cultura, tomando como orientação suas transformações ocorridas ao longo da história.

A investigação será desenvolvida e amparada na abordagem qualitativa. Por isso, assumimos a perspectiva de Rey (1998, p. 42), na qual “a investigação qualitativa substitui a resposta pela construção, a verificação pela elaboração e a neutralidade pela

participação" e também como definem Ludke e André (2014) que visa construir novos conceitos, novas formas de compreensão da realidade e novos olhares.

Como estratégia de pesquisa defende-se o desenvolvimento de um estudo que se firma em um tipo particular de construção cientifica, da abordagem etnográfica e a observação participante. Conforme Ludke e André (2014) visa construir novos conceitos, novas formas de compreensão da realidade e novos olhares, que nos remete a *abordagem etnográfica* na pesquisa educacional.

Acreditamos, dessa forma, que a abordagem etnográfica nos permitirá compreender a realidade do nosso estudo da forma mais profunda e completa possível. E, o enfoque qualitativo ao nosso objetivo permitirá, por meio de nossa abordagem, interpretá-lo como um conjunto orgânico que possui uma dinâmica própria e guarda uma forte relação com seu contexto sociocultural (Fiorentini e Lorenzato, 2010).

Após a elaboração da composição da pesquisa e realizado os procedimentos de campo, iniciaremos a nossa investigação por meio da fonte de coleta de dados, procurando entender nossa problemática frente as relações comerciais. Como forma de abordagem dos documentos selecionados, escolhemos a análise documental para tratamento do material, por um viés da pedagogia decolonial. Entendemos que o caminho escolhido é trabalhoso e complexo. Doravante o percurso assumido, pretendemos elucidar as questões de pesquisa constituindo um corpus de conhecimento sobre a realidade dos temas contextuais pertencentes ao Curso de Educação Intercultural da UFG. Acreditamos, dessa maneira, que a presente pesquisa contribuirá com a nossa própria formação, com os indígenas em formação perante aos debates que os circunvizinham e com o curso em questão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E EXPECTATIVAS

É essencial convergir um olhar para esse contexto. É de suma importância que os povos indígenas participem de suas culturas e defendam suas práticas comerciais e políticas para que sejam reconhecidas, valorizadas e preservadas frente à sociedade envolvente.

Entendemos que a leitura sobre o outro busca a valorização das relações de poder e proporciona um novo olhar para o capitalismo e à lógica do capital. Logo, elucidamos que um meio para motivar os alunos indígenas num curso sobre temas que abarcam as

relações comerciais é uma oportunidade de diálogo e espaço para debaterem as problemáticas enfrentadas e vivenciadas. Assim, mais importante que o produto em si é o processo formativo. O desejável é que se cumpram as leis prescritas pela *Constituição Federal de 1988* e se reconheçam as produções tradicionais indígenas, bem como a promoção de autonomias para que, os alunos possam enfrentar as várias transformações econômicas em diversas situações vividas.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, S. R. J. **Biopirataria e povos indígenas.** 1. ed. São Paulo: Almedina, 2014.

BARTON, B. Dando sentido à etnomatemática: etnomatemática fazendo sentido**.** In: Ribeiro, J. P. M.; Domite, M. C. S.; Ferreira, R. (organizadores). **Etnomatemática**: papel, valor e significado**.** 2. ed. São Paulo: Zouk, p.39-74, 2006.

BECKER, H. **Problems of inference and proof in participant observation.** 15. ed. American: Sociological Review, 1958.

CALEFFI, P**. Antropologia social:** antropologia, antropologia ambiental, desenvolvimento sustentável, etnossustentabilidade. 2013 Disponível em: <http://www.antropologiasocial.com.br/antropologia/etnossustentabilidade/> Acesso em: 05 jun. 2017.

D'AMBROSIO, U. **Educação para sociedade em transição.** 2. ed. Campinas: Papirus,1999.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em Educação Matemática**: percursos teóricos e metodológicos. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HALL, O. E. Ethnographers and etnographic data: an iceberg of the firts order for the research manager. **Education and urban society,** v. 12, n. 3, may./apr., p. 349-366, 1978.

LARAIA, R. B. **Cultura:** um conceito antropológico. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

LLUCH, X. Interculturalismo: uma leitura crítica da interculturalidade. **Pátio**. Porto Alegre, v. 2, n.6, p. 53-57, ago./out, 1998.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens Qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

REY, F. Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigación de la psicología social. **Psicologia & Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 32-52, 1998.

RIBEIRO, J. P. M.; FERREIRA, R. Educação escolar indígena e etnomatemática: um diálogo necessário. In: Ribeiro, J. P. M.; Domite, M. C. S.; Ferreira, R. (organizadores). **Etnomatemática:** papel, valor e significado. 2. ed. São Paulo: Zouk, p. 149, 2006.

RIBEIRO, J.P.M. **Etnomatemática e formação de professores indígenas:** um encontro necessário em meio ao diálogo intercultural. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

TAUKANE, E. B. Minha formação, meu povo: um só objetivo. In: Taukane, E. B. **Caderno de educação escolar indígena**. Barra do Bugres, MT: UNEMAT, v. 2, n. 1, p.11-18, 2003.

THOMSON, G. **Os primeiros filósofos.** 1 ed. Lisboa: Estampa, 1974.